



Nota do Editor

Passado o que se espera ter sido o trimestre mais duro em termos de contágio e vítimas da Covid-19, o radar dos analistas agora se volta à reação de famílias e empresas à retomada da atividade, bem como o efeito dos estímulos fiscais e monetários injetados pelos governos para impulsionar a economia.

A incerteza ainda é alta. É difícil prever a probabilidade e o impacto de novas ondas de transmissão do novo coronavírus, como ocorria na Califórnia no fechamento desta edição, levando o estado americano a retroceder na flexibilização de medidas de isolamento, e em algumas regiões do Brasil. Tampouco se sabe como será o comportamento da população nessa nova etapa, que poderá manter a precaução nos gastos, girando menos a roda da economia e desincentivando novos investimentos produtivos.

No Brasil, o desafio de construir um caminho de retomada que leve ao equilíbrio das contas públicas, sem descuidar da parcela da população e das empresas que se fragilizou com esse choque, demandará um grau de concertação política que ainda não se enxerga, e isso é preocupante.

Nas várias ocasiões em que pesquisadores da Economia Aplicada do FGV IBRE foram à mídia debater

a conjuntura nacional no mês de junho, demonstraram que essa não é uma tarefa impossível. O contexto de liquidez internacional dá margem para o país estruturar sua dívida e sinalizar responsabilidade fiscal. E um esforço sério de revisão da política de assistência social hoje vigente pode trazer mais eficiência e abrir espaço orçamentário para ao menos se começar a fortalecer nosso sistema de apoio a quem mais precisa.

São objetivos que não podem mais ser vistos como excludentes. Na pandemia, a desigualdade presente em várias economias do globo, especialmente no Brasil, foi escancarada. Tal como aconteceu com o saneamento básico, em que o atraso histórico na universalização da cobertura se tornou imperdoável aos olhos da sociedade, colaborando para a aprovação de um novo marco do setor que há anos tramitava com avanço lento, teremos que avançar em outros itens da agenda de reformas sem perder esse objetivo. Como mostra a matéria de capa desta edição, combater a desigualdade é item essencial para qualquer economia que pretenda um futuro virtuoso em termos de crescimento. Boa leitura.

#FiqueEmCasa

Claudio Conceição
claudio.conceicao@fgv.br

Sumário

Carta do IBRE

6 A morte de Floyd, a onda de levantes populares e a busca por um diagnóstico – *Luiz Guilherme Schymura*

Ponto de Vista

10 Retomada da economia e convívio com o vírus
Samuel Pessôa

Entrevista

12 Flavio Dino – Claudio Conceição e *Solange Monteiro*

Macroeconomia

18 A difícil tarefa da retomada das atividades econômicas na pandemia e o caso do Ceará
Flavio Ataliba

22 Tributação para o crescimento econômico
Fernando de Holanda Barbosa

24 Uma proposta definitiva para as dívidas estaduais: alongamento por até 60 anos – *Fabio Giambiagi*

29 Portugal, imensos desafios e lições – *José Roberto Afonso e Bernardo Motta Monteiro*

Justiça

34 Joaquim Falcão – *Solange Monteiro*

36 Judiciário, ciência e a pandemia: dois desafios, três papéis – *Fernando Leal e Thomaz Pereira*

Energia

38 América Latina e as lições para o *upstream* da Guiana – *Fernanda Delgado, Eduardo Pereira e Michael Jagnanan*

Capa | Inclusão

42 Desigualdade – *Solange Monteiro*

51 Educação e desigualdade – *S.M.*

Análise conjuntural

56 Decantar expectativas – *Solange Monteiro*

61 China: pouco a comparar – *S.M.*

Comércio Exterior

63 O debate sobre o comércio mundial na e pós pandemia – *Lia Baker Valls Pereira*

Índices

I Índices Econômicos

X Conjuntura Estatística